



RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE AS MINUTAS DE EDITAL E CONTRATO REFERENTES AO PROCESSO DE LICITAÇÃO, CUJO OBJETO É CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À VISITAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS NO PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E NA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA, INCLUINDO O CUSTEIO DE AÇÕES DE APOIO À CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO E GESTÃO

Data: 28 de maio de 2025, de 14 às 18h.

Local: Espaço de reuniões do Serviço Social da Indústria do Distrito Federal (SESI-DF) em Taguatinga, no endereço QNF 24 Área Especial - Taguatinga Norte - CEP 72125-740.

Gravação disponível no canal do ICMBio no Youtube: <https://www.youtube.com/live/UYv1DipdANM>

A Audiência pública contou com a moderação da Fabiana Castro, que fez as considerações iniciais acerca das regras de convívio, duração do evento e programação. Houve esclarecimentos iniciais sobre os canais de divulgação do evento, e em seguida a apresentação dos integrantes da mesa técnica da sessão de Audiência Pública, composta pelos seguintes membros:

- Iara Vasco Ferreira, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (ICMBio)
- Viviane de Faria, Diretora do Departamento de Investimento, Crédito, Parcerias e Concessões no Ministério do Turismo
- Andrey Goldner Baptista Silva, Secretário Adjunto de Projetos Especiais do Programa de Parcerias de Investimento (PPI)
- Ludmila Costa da Silva, Gerente do Departamento de Projetos e Soluções de Infraestrutura Ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Fábio dos Santos Miranda, Chefia da Floresta Nacional de Brasília (ICMBio)
- Larissa Moura Diehl, Chefia do Parque Nacional de Brasília (ICMBio)

O evento se iniciou com as falas introdutórias dos integrantes da mesa. A Sra. Iara Vasco Ferreira agradeceu a presença de todos, esclareceu que se trata de uma iniciativa vinculada a um programa de governo, o Programa de Parceria de Investimentos, elaborado em parceria com o Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Semeia. Informou que o ICMBio vai lançar em breve um programa de visitação e turismo sustentável, e que a proposta a ser apresentada representa o aprendizado de 30 anos desde a primeira concessão. Destacou que, no intuito de ampliar o acesso, a modelagem contemplou a gratuidade para beneficiários de baixa renda, além de uma política que contempla usuários frequentes. Por fim, destacou que a agenda de parcerias inclui também outros formatos de delegações, como autorizações e permissões.

A Sra. Viviane de Faria agradeceu em nome do Ministério do Turismo, e destacou que o Ministério tem o desafio de atuar em um segmento que está presente em todo o Brasil. Reforçou que o Ministério acredita no turismo responsável e destacou a importância da mobilização de toda a sociedade, em particular, para promover maior visitação nas Unidades de Conservação. Esclareceu que o turismo, além de responsável, deve ser sustentável e inclusivo. Por fim, destacou a presença do Secretário de Parcerias e Concessões no Ministério do Turismo, Rafael Morgado.

O Sr. Andrey Goldner reforçou que as concessões se configuram como um aprendizado institucional do ICMBio, desde primeira concessão, que completa 30 anos. Esclareceu que atualmente há 13 contratos assinados, e que este projeto integra o Programa de Parceria de Investimentos, em que há mais de 200 projetos qualificados, nos mais diversos setores. Esclareceu ainda que em todos os projetos em que há parceria com o setor privado, há a consulta pública e a audiência pública, e que no presente projeto de concessão não é diferente, uma vez que há a importância da participação da sociedade.

A Sra. Ludmila Costa da Silva esclareceu que o projeto se encontra em andamento desde 2021, e que o projeto procura endereçar um problema complexo que é o de melhorar a experiência de visitação, conjugando segurança, lazer, e democratização do acesso. Reforçou que a construção do projeto envolve diversos saberes especializados e que a consulta pública e a audiência pública, são momentos para promoção de aprimoramentos nos projetos. Por fim, reforçou que os documentos estão disponíveis no site e que há abertura para contribuições.

O Sr. Fábio dos Santos Miranda agradeceu a presença de todos, inclusive dos membros Conselho Consultivo Integrado da FLONA e da APA, dos voluntários e das pessoas da comunidade. Reforçou que a toda a comunidade é ciente dos problemas enfrentados pelas Unidades, como a carência de recursos, e destacou importância da contribuição de todos na busca por soluções, reiterando a importância da participação social.

A Sra. Larissa Moura Diehl ratificou as palavras do Sr. Fabio, adicionando ainda que a função social do ICMBio vem passando por transformações, esclarecendo que passa a ser necessário proteger o meio ambiente com as pessoas, destacando que para isso ações como o programa de voluntariado são fundamentais. Destacou que o programa de voluntariado não irá acabar, assim como ocorre em outras unidades de conservação com concessões, em que o voluntariado tem continuidade. Afirmou ainda que acredita que o voluntariado terá mais força pois terão novos investimentos. Reforçou que o trabalho de voluntariado é feito em conjunto, e que o objetivo do programa é envolver a comunidade com a gestão das UCs, destacando que os voluntários atuam de acordo com o planejamento e orientação, e que cumpre ao ICMBio dar apoio ao programa. Por fim, destacou que serão oferecidos esclarecimentos para desmistificar pontos que circularam acerca do projeto em redes sociais.

Após ter sido dada a palavra a cada um dos integrantes da mesa, foi dada oportunidade de fala a um contribuinte presente, o Sr. João Carlos Machado, que alegou ter uma questão de ordem para compartilhar, conforme abaixo relatado.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. João Carlos Machado, representante Movimento de Apoio ao Caminho do Planalto Central e do Fórum de Defesa das Águas.
Objeto:	<p>O Sr. João Carlos Machado apresentou um Ofício do Ministério Público Federal. Relatou que o Ministério Público Federal fez recomendações ao ICMBio a respeito do processo de divulgação da audiência pública, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) estender o prazo do envio de contribuições por escrito, acrescentando 30 dias, ao menos, a contar da data de realização das audiências; (ii) incluir no cronograma de consulta pública etapa de divulgação das sugestões recebidas e da respectiva análise com indicação de que como essas sugestões serão consideradas na formulação da versão final do instrumento convocatório; (iii) refazer o material de divulgação na internet, redes sociais e quaisquer outros meios, indicando como a sociedade pode participar de fato da consulta pública sem utilizar termos que induzam a população enquanto a determinado juízo de valor em relação ao objeto da consulta; (iv) garantir a divulgação da consulta pública não apenas em meios eletrônicos, mas também na versão escrita a ser disponibilizada na entrada, no interior das unidades de conservação afetadas pela concessão; e (v) definir novas datas para as duas audiências públicas agendadas para os dias 28 e 29, hoje e amanhã, estabelecendo um período mínimo de 15 dias entre a efetiva divulgação da consulta e a realização das duas audiências. <p>Tendo isso em vista, mencionou que o ICMBio publicou nas redes sociais informações alterando algumas datas da consulta pública, no entanto mantendo as audiências marcadas para os dias 28 e 29, reforçando que estas alterações ocorreram apenas no final da tarde do dia 27, ou seja, sem a devida antecedência,</p> <p>Expôs que, em seu entender, permanece gravemente prejudicado o direito da sociedade às informações claras e suficientes para que as pessoas possam compreender e se manifestar diante de um projeto de tamanha relevância para toda a comunidade de cerca de 4,2 milhões de habitantes do DF e entorno, na medida em que perdem seus direitos ao lazer e ao esporte, que podem ter seus direitos ao lazer e ao esporte em contato com a natureza, prejudicados, em particular devido à política de ingressos proposta.</p> <p>Além disso, sustentou que há risco potencial de desinformação, compreensão equivocada e enviesada, e que as pessoas não teriam condições de contribuir de forma legítima sem o risco de estarem se manifestando de forma contrária à sua própria vontade.</p> <p>Destacou que apesar das recomendações da Procuradoria para que o material de divulgação fosse feito, os materiais permanecem nas redes sociais, sem reparo ou esclarecimento, informações com linguagem obscura, sem objetividade e que pode levar a entendimento diverso do que realmente se trata, induzindo parcialmente a juízo de valores, alegando que, em seu entendimento, o ICMBio não acatou as diretrizes do Ministério Público Federal.</p>

	Com isso, afirmou que a audiência pública possui vícios de origem, e pleiteou o cancelamento das audiências públicas e suspensão da consulta pública.
<p>Em resposta, a Sra. Roberta Barbosa, Coordenadora de Estruturação de Delegações de Serviços de Apoio à Visitação do ICMBio, pontuou que o órgão atendeu todas as recomendações do Ministério Público Federal – MPF, tendo sido mantidas as audiências nas datas do dia 28 e 29 em função de já estarem agendadas, tendo sido acrescida nova audiência dentro dos prazos solicitados pelo MPF.</p> <p>Esclareceu que o ICMBio respondeu ao MPF esclarecendo que as audiências públicas já tinham sido divulgadas nos diversos meios de divulgação, e que foi realizada a publicação da prorrogação da consulta pública e agendamento de mais uma audiência pública para o dia 12/06. Dessa forma, a manutenção das audiências públicas já divulgadas e a inclusão de mais uma audiência pública representou o reforço da possibilidade de participação social. Reforçou que houve publicação das datas de consulta pública e audiências públicas no Diário Oficial, publicação no site do ICMBio, publicação nas redes sociais e publicação física nas instalações do Parque, seguindo orientações do MPF.</p> <p>Além disso, asseverou que foram realizadas diversas reuniões bilaterais com os impactados pelo projeto. Explicou, ainda, que seria feita uma apresentação com a proposta inicial e seria dedicado tempo para debatê-la. Convidou a todos para permanecer e esclarecer as eventuais dúvidas, após a apresentação do projeto. E informou sobre o atendimento das demais recomendações do Ministério Público, como republicação das informações do projeto e maior divulgação em meio digitais e físicos.</p>	

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	(não identificado) - Instituto Arayara
Objeto:	<p>Uma participante não identificada pediu a palavra, e fez um questionamento sobre quantas pessoas frequentam o Parque. Destacou que havia baixa participação na audiência, e que só havia participação de 49 pessoas online, o que demonstra que os apontamentos do MPF estavam corretos e que as ações de divulgação foram insuficientes. Manifestou que tinham poucas pessoas presentes na audiência pública e online, destacando que, em seu entendimento, a audiência trata-se de ação “proforma” para que o processo de concessão tenha prosseguimento. Reforçou que a consulta pública só foi divulgada dia 20 de maio, não tendo sido oferecido a antecedência mínima de 30 dias. Foi mencionado, ainda, por outra participante não identificada, que a escolha das audiências ocorrerem em horário comercial prejudicaria a participação. Solicitou, assim, a suspensão da audiência pública.</p>
<p>Em resposta, o Sr. Carlos Henrique Velasquez, analista ambiental do ICMBio, reiterou que as recomendações do MPF estão sendo atendidas, ponderando que suspender o evento iria de encontro ao objetivo do processo que é o de oferecer informação para que todos possam avaliar e participar de forma qualificada na Consulta Pública.</p> <p>A Sra. Iara Vasco destacou que o objetivo da reunião é apresentar a proposta de política pública para dialogar sobre isso, esclarecer dúvidas e colher as recomendações.</p>	

Asseverou que foi agendada uma reunião com os representantes do Caminhos do Planalto Central e do Fórum de Defesa das Águas do Distrito Federal, que se recusaram a ouvir a proposta de projeto, reiterando que, para o debate democrático, é necessário informação, respeito e consideração à outra parte. Esclareceu que foram feitas duas prorrogações de prazo durante o processo de consulta pública. Ressaltou que foram feitas reuniões bilaterais com diversas pessoas impactadas pelo projeto. Por fim, negou o pleito do Sr. João Carlos Machado, convidando a todos que permanecessem na audiência para ouvir a proposta e participar do debate.

Foi lido um questionamento que chegou por escrito, que indagou sobre as razões para as audiências terem espaço de tempo curto de uma para outra. A mediadora Sra. Fabiana, esclareceu que a razão é ter mais espaços descentralizados exatamente para facilitar o acesso às audiências pela população. Asseverou que o ICMBio fica no Sudoeste, e que a região de Taguatinga foi mapeada como uma região de relevância ao projeto em função da localização da Floresta Nacional de Brasília, por isso uma audiência pública nas proximidades do acesso à Floresta Nacional de Brasília e outra nas proximidades do acesso ao Parque Nacional de Brasília. Em seguida, a Sra. Fabiana relatou que estavam recebendo diversos pedidos de inscrição para a participação, porém reforçou que é necessário que todos contribuam para que se cumpra a programação, dado que ainda não tinha ocorrido ainda a apresentação da proposta. Abriu-se a palavra aos inscritos.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. João Carlos Machado, representante Movimento de Apoio ao Caminho do Planalto Central e do Fórum de Defesa das Águas.
Objeto:	<p>O Sr. João Carlos Machado se manifestou afirmando que o processo tem diversos problemas. Além dos problemas mencionados anteriormente, destacou a não compatibilização com a política de ingressos prevista na Portaria 256/2020.</p> <p>Argumentou que, em seu entendimento, a audiência deveria ser convertida em uma reunião de caráter aberto e informal, sem o viés de audiência pública. Esclareceu que, uma vez que sua proposta não fosse acatada, que não endossa o evento e que se retiraria da audiência.</p>

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sra. Maiara, representante Rede Cidadã de Taguatinga, no Conselho Consultivo da Unidade. Integrante da Câmara de Uso Público da Flona.
Objeto:	Afirmou que o conselho consultivo não participou da construção da proposta do projeto. Alegou que, embora tenha sido dito que o projeto começou a ser construído em 2020, o conselho consultivo não esteve ativo ao longo de todo esse período. Alegou que a Câmara de uso

	<p>público, da qual faz parte, se reuniu diversas vezes em 2024, e que o projeto não tinha sido mencionado. Afirmou que os problemas que o órgão enfrenta, e a resistência ao projeto se deve ao fato de que o projeto não foi construído de baixo para cima.</p> <p>Destacou que o projeto foi apresentado ao conselho consultivo do Parque em abril de 2025, de forma impositiva. Afirmou que em apenas dois meses é impossível a sociedade se organizar para fazer uma contraproposta, dado que atuam de forma voluntária. Afirmou que se a Flona é atrativa para grandes empresas é em função de ter ocorrido o trabalho de voluntários para a criação de trilhas. Ressaltou que o público da Flona possui uma condição socioeconômica distinta do público do Parque. Afirmou que o público da Flona não está disposto a pagar pelo uso da Flona, que é um bem público.</p>
--	---

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. Elvio Meirelles, integrante do Conselho Consultivo da Flona.
Objeto:	<p>Afirmou que é vizinho da Floresta Nacional e produtor rural. Afirmou que conhece os problemas para usufruir estrutura, que é precária e reconhece o bom trabalho desempenhado pelo atual chefe da Flona, e os esforços para que seja feita uma gestão mais eficaz.</p> <p>Solicitou que, em respeito aos presentes, os demais permanecessem na audiência para se manifestar de forma ordeira e consciente, ressaltando que poderiam contribuir com o projeto.</p>

Feitas essas primeiras manifestações, a audiência seguiu, sendo então realizada apresentação pelo Sr. Carlos, analista ambiental do ICMBio (Doc. 01). Em síntese, a apresentação abordou os seguintes pontos:

- a forma de delegação em unidades de conservação;
- o que é concessão e sua diferença para privatização;
- o que são contratos de concessão;
- a visitação atual do Parque e da Floresta Nacional de Brasília;
- os aspectos do plano de manejo Parque e da Floresta Nacional de Brasília;
- os aspectos relevantes do plano de uso público de cada unidade;
- o diagnóstico técnico das unidades;
- as especificidades do contrato de concessão proposto para o caso:
 - serviços obrigatórios;
 - política de ingressos (gratuidades e descontos);
 - grandes números do projeto (total a ser investido, empregos gerados, total das despesas estimadas);
 - os encargos acessórios;
 - os investimentos a serem realizados;

- as áreas de visitação que integram o projeto e a respectiva classificação no plano de manejo;
- o cronograma de implantação do projeto.

Ato seguinte foi aberta a rodada de perguntas/manifestações.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. Daniel, vizinho da Flona.
Objeto:	<p>Sr. Daniel esclareceu que é morador da região e que frequenta a Flona desde a infância, mesmo antes de serem abertas as trilhas. Destacou que a maior parte dos usuários da Flona habitam as cidades vizinhas, que há poucas alternativas de lazer para esta população, e que serão prejudicados pela cobrança de ingressos.</p> <p>Indagou se tem estudo acerca de qual o percentual de beneficiários de programas do CadÚnico que usam a Flona, destacando que, em seu entendimento, a grande maioria que usa a Flona hoje não se enquadra no CadÚnico. Entende que as isenções são válidas, mas não alcança o público que de fato usa a Flona.</p> <p>Destacou que há poucas opções de lazer na região onde se localiza a Flona e que os moradores também contribuem com a Flona voluntariamente.</p> <p>Indagou se há um cronograma para a implantação das melhorias previstas, e que as vezes é identificado vandalismo e destruição das cercas, o que demanda conscientização da população, o que não ocorrerá com cobrança de ingresso. Assim, sugeriu que os moradores das cidades vizinhas possam ter um tratamento diferente em relação à cobrança do ingresso, e destacou que a população tem que ter acesso ao básico.</p>

MANIFESTAÇÃO 05	
Autor:	Srta. Beatriz Santiago Braga
Objeto:	A Srta. Beatriz afirmou que, embora tenha 11 anos de idade, pedala na Flona há mais de 10 anos e julga injusta a cobrança de ingresso, uma vez que as pessoas vão para a Flona para se divertir e usufruir da Flona, e não para destruir.

MANIFESTAÇÃO 06	
Autor:	Sra. Heloísa, professora aposentada da rede pública e coautora da trilha dos Murundus.
Objeto:	Sra. Heloísa afirma que o projeto deveria considerar a trilha dos Murundus. A proposta de trilha foi desenhada por professores da rede pública para realizar educação ambiental com os alunos da rede pública. Reforçou que o crescimento da visitação da Flona se deve ao trabalho destes voluntários que implementaram trilhas.

	<p>Afirmou que o projeto desconsiderou a dimensão da educação ecológica, e que considera que o projeto só é legítimo se for para viabilizar economicamente a trilha como foi inicialmente projetada, com acessibilidade. Sem que a trilha dos Murundus seja incluída, diz ser contra a concessão porque a Flona é prístina. Afirmou ainda que acha afrontoso que voluntários que dispenderam recursos financeiros próprios para a requalificação dos atrativos tenham que pagar o ingresso.</p> <p>Reforçou que a Flona é frequentada por ser gratuita, e que o que se quer da Flona é que permaneça igual, dado o perfil prístino das atividades recreativas que ali ocorrem, a única exceção se constituindo da trilha dos Murundus, que demanda investimentos para sua implantação.</p>
--	--

MANIFESTAÇÃO 07	
Autor:	Sra. Cláudia, professora aposentada da rede pública.
Objeto:	<p>Sra. Cláudia indagou a respeito do motivo pelo qual intenta-se tornar a Flona um destino turístico, como a Chapada dos Veadeiros e Fernando de Noronha, uma vez que o turismo massivo acarreta problemas como falta de água e energia.</p> <p>Indagou também se houve aprimoramentos no projeto após o diálogo com a sociedade desde o início de implantação, e se haverá um retorno para a sociedade daquilo que vier a ser incorporado a partir das manifestações da sociedade.</p>

A Sr. Larissa Diehl pediu a palavra para esclarecer, em resposta à Sra. Maiara (representante Rede Cidadã de Taguatinga no Conselho Consultivo da Unidade, e integrante da Câmara de Uso Público da Flona), que o Conselho Consultivo da Flona já estava constituído em 2020, quando o projeto foi apresentado pela primeira vez, e que o conselho passou por uma renovação e ampliação na gestão do Sr. Fabio, com a introdução das câmaras temáticas de uso público.

A Sra. Roberta Barbosa reforçou que a intenção da reunião é apresentar o projeto e receber as considerações, e que o que foi apresentado é resultado dos aprimoramentos desde o início da elaboração do projeto, o que considera aprendizado de projetos anteriores. Esclareceu que as contribuições da sociedade ainda não foram incorporadas ao projeto e que serão consideradas após a finalização do prazo de consulta pública, e que depois irá haver um retorno à sociedade sobre as manifestações registradas durante a consulta. Observou que a trilha dos Murundus é um exemplo de contribuição que pode ser acatada. Reforçou que o ICMBio trabalha com a premissa de diversificação de atrativos e que atrativos que permitem experiências prístinas convivem com atrativos de uso mais intensivo. Destacou que há um cronograma para a implantação das benfeitorias, determinado pelo projeto, e que as intervenções a serem realizadas passam pela análise e aprovação do ICMBio, destacando que há cláusulas que resguardam nesse sentido.

O Sr. Fábio dos Santos Miranda destacou que a intenção de mostrar outros projetos na apresentação não é para justificar um intuito de tornar a Flona um destino turístico. Destacou que já ocorre visitação turística, porém o intuito não é descaracterizar o perfil atual da visitação na Flona, mas sim de vislumbrar um programa de melhorias.

A Sr. Larissa Diehl esclareceu ainda que a visitação na Flona é superior ao registrado nos portões principais, e que a gestão de visitação na Flona demanda ações de manejo dos impactos da visitação. Afirmou que o solo da Flona exige que atrativos como a nascente dos currais, o espelho d'água, a geladeira, e demais corpos hídricos sejam protegidos. Destacou que há lixo observável nas trilhas, e que todos estes serviços vão além dos trabalhos executados por voluntários, pois exigem investimentos para garantir que a visitação ocorra de maneira sustentável, e que o objetivo com o projeto é ter uma arrecadação que viabilize isto.

A Sra. Ludmila Costa da Silva destacou que, entre os documentos disponibilizados, encontra-se o anexo C, que descreve indicadores que devem ser cumpridos pela concessionária de forma a garantir que haja o devido manejo do impacto da visitação. Esclareceu ainda que a Flona foi incluída no projeto para que possa também receber benefícios advindos do projeto, e que a cobrança de ingressos na Flona foi concebida para evitar que o ingresso no Parque seja muito oneroso. Reforçou, por fim, que as propostas sejam apresentadas no âmbito da consulta pública, dado que todas as ponderações serão consideradas e as respostas serão publicadas, para o conhecimento de todos.

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. Juninho, do Programa na Trilha Certa da Rádio Federal
Objeto:	<p>Sr. Juninho destacou que a audiência pública contou com a participação de 24 membros da sociedade civil, e que ficaram apenas 12, depois que alguns membros se retiraram, afirmando que não se trata de uma consulta pública, mas de uma reunião corporativista.</p> <p>Afirmou que não há um estudo técnico conhecido sobre os impactos dos ciclistas na Flona, e que o impacto era maior antes das ações dos voluntários, como placas, cercamentos e educação ambiental, mencionando a ponte da geladeira e decks construídos por voluntários.</p> <p>Afirmou que não se deve comparar a Flona com destinos turísticos como Fernando de Noronha e Chapada dos Veadeiros porque trata-se de realidades distintas. Declarou que os frequentadores da Flona são moradores e não turistas, que não tem condições de pagar pelo ingresso. Declarou que o projeto não contemplou os voluntários, que a concessão acabará com o vínculo da população com o a Flona, especialmente porque a população do entorno não terá disponibilidade de pagar pelos ingressos.</p>

MANIFESTAÇÃO

Autor:	Sr. Rafael, residente de Taguatinga, guia de turismo.
Objeto:	<p>Sr. Rafael afirmou que é frequentador da Flona desde a adolescência. Afirmou que é guia de turismo e trabalha na Flona levando grupos, e que a Flona é um local excepcional. Relembrou que na adolescência era necessária apresentação de uma carteirinha para visitar a Flona, e que o valor da carteirinha afastava os estudantes, que tinham poucos recursos.</p> <p>Registrou que em Taguatinga não há opções de lazer na natureza, apenas bares e boates. Asseverou que a cobrança de ingresso vai impedir o acesso ao lazer, ao esporte e à natureza aos cidadãos, o que deveria ser garantido. Afirmou que muitos usuários podem entrar irregularmente na Flona caso seja instituído um ingresso.</p> <p>Afirmou que a gratuidade vinculada ao CadUnico produz uma estigmatização, pois exige que o visitante exponha que é inscrito no programa social.</p>

MANIFESTAÇÃO	
Autor:	Sr. Leonardo, servidor do ICMBio.
Objeto:	<p>Sr. Leonardo, do ICMBio declarou que na sua visão a Flona tem potencial para ser o equivalente ao parque da cidade para a população de Taguatinga, declarando que deseja um crescimento da visitação. Asseverou que a Flona receberá mais visitantes tenha ou não tenha a concessão, e que acredita que a concessão irá ajudar.</p> <p>Afirmou que elaborou um plano de educação ambiental há 10 anos, e que acredita que é positivo que as pessoas estejam se apossando da Flona, a exemplo dos ciclistas e escoteiros, e que contribuiram com melhorias.</p> <p>Destacou, por fim, que acredita que o ingresso deve ser bem baixo, ou até mesmo gratuito, e que a contrapartida da concessionária deveria ser a permissão para cobrar livremente por serviços como restaurante ou transporte.</p>

A Sra. Roberta Barbosa esclareceu que a Audiência Pública é o nome dado ao evento dentro do processo de Consulta Pública. Em resposta ao Sr. Juninho, afirmou que o corpo técnico presente na reunião é grande para permitir que todos os que trabalharam na construção técnica do projeto estejam presentes para tirar dúvidas da população e prestar esclarecimentos durante a audiência. Reforçou que o ICMBio tomou todas as medidas a seu alcance para divulgar o evento. Asseverou, ainda, que o ICMBio possui referências e normas técnicas para todos os serviços de visitação, inclusive o manejo de trilha, e que isso orienta o diagnóstico sobre a situação dos atrativos. Reafirmou que a intenção não é tornar a Flona um destino turístico, comparar com outras unidades, ou de afirmar que as unidades são iguais, mas que há um olhar para o sistema. Em resposta ao Sr. Rafael, esclareceu-se que o CadUnico é uma importante política do Governo Federal, e que o intuito com a gratuidade é introduzir um olhar de equidade e garantir um benefício às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O Sr. Fábio dos Santos Miranda reforçou que o turismo na Flona é incipiente, mas que a Flona é citada em congressos nacionais e grandes eventos, indicando que há muito potencial. Afirmou que o objetivo do ICMBio é sempre garantir a conservação. Reiterou que há dificuldades em contabilizar a visitação total.

A Sra. Larissa Diehl reiterou a importância do trabalho dos voluntários com a construção da ponte da geladeira.

O Sr. Robson Oliveira afirmou, em resposta ao Sr. Juninho, que não se trata de uma reunião corporativista pois não se trata de uma defesa de uma categoria, mas sim da apresentação de um trabalho técnico desempenhado por equipes mobilizadas pelo espírito público. Declarou, ainda, que o processo de participação social mobilizado pelo ICMBio, com quatro meses de consulta pública além de reuniões bilaterais, é um bom exemplo de transparência.

A Sra. Ludmila Costa da Silva destacou que os exemplos de outras unidades não foram trazidos para ilustrar o que será aplicado no Parque e na Flona, quando sim apenas de exemplos do uso do instrumento das concessões, e que cada unidade tem um perfil e que os projetos são customizados, com respeito aos planos de manejo.

O Sr. Juninho pediu a palavra e destacou que apesar do potencial de melhorias pela concessão, deve haver transparência quanto aos custos para a população.

A Sra. Iara Vasco, promoveu o encerramento do evento, destacando que o espírito da audiência pública é de poder prover informação à sociedade, dialogar sobre a proposta, oferecer espaço para que a sociedade apresente as suas críticas, demandas e reivindicações. Agradeceu, por fim, a colaboração e a participação de todos.